

Reflexão e Recomendações do CNCT sobre as recentes alterações às políticas nacionais de recursos humanos em ciência e tecnologia

O Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia (CNCT) reuniu dia 23 de Janeiro de 2014, tendo contado com a presença da Secretária de Estado da Ciência e do Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A reunião, solicitada pela Secretária de Estado da Ciência, abordou a negociação do Acordo de Parceria entre Portugal e a União Europeia para o período 2014-2020, assunto sobre o qual o Conselho tinha já sido ouvido pelo Governo (www.CNCT.pt/contributos). A Secretária de Estado da Ciência deu conta do esforço desenvolvido para garantir, junto da Comissão Europeia, que se manterá, no período 2014-2020, um nível de financiamento europeu à Ciência nacional da mesma ordem de grandeza do programa anterior.

A Secretária de Estado da Ciência esclareceu ainda o Conselho sobre a evolução recente dos programas de financiamento dirigidos diretamente à atividade científica em Portugal. O CNCT foi informado que os recursos financeiros executados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) se têm mantido essencialmente inalterados nos últimos anos, mostrando mesmo um ligeiro acréscimo desde 2011, apesar da redução progressiva e muito significativa do Orçamento de Estado para a FCT entre 2009 e 2013 (26%). Foi ainda afirmado ao CNCT o compromisso de aproximar até 2020 o financiamento da Ciência ao objectivo de 3% do produto interno bruto, ainda que não tenha ficado claro, aos olhos dos conselheiros, a estratégia que corporizará essa meta. Por fim, o Conselho foi ainda informado que se encontra finalizado o documento de “Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente”, em cuja discussão lamenta não se ter envolvido.

A Secretária de Estado da Ciência e o Presidente da FCT deram também conta ao Conselho da recente alteração das políticas de financiamento da FCT, valorizando o apoio directo às instituições, aos projectos de investigação e aos programas doutorais, reduzindo muito significativamente o número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento individualmente atribuídas. O Presidente da FCT prestou ainda esclarecimentos sobre o conjunto de questões levantadas a propósito dos procedimentos seguidos nos concursos recentemente promovidos pela Fundação (Investigador-FCT, bolsas de doutoramento e bolsas de pós-doutoramento).

Em função das informações recebidas, decidiu o CNCT conduzir uma reflexão sobre as alterações recentes à política nacional de recursos humanos em ciência e tecnologia e apresentar algumas recomendações.

O CNCT, reconhecendo aos decisores políticos legitimidade para definirem os seus objetivos e as suas políticas, e vendo com grande interesse o lançamento pela FCT dos concursos para programas doutorais, preocupa-se com a redução muito significativa do número de bolsas individuais atribuídas pela FCT no concurso de 2013 (em relação a 2012, 35% nas bolsas de doutoramento e 65% nas bolsas de pós-doutoramento, pelos valores atuais fornecidos ao Conselho). A estratégia que terá resultado nesta redução, apesar de ter sido anunciada no “site” da FCT desde Maio de 2013, não foi debatida com a comunidade científica, tendo trazido instabilidade ao sector. Segundo o Presidente da FCT, as verbas executadas em 2013 para projetos de I&D [que atingiram o valor mais

alto de sempre (104M€), muito superior aos valores de 2011 (64M€)], permitiriam o recrutamento de recursos humanos, nomeadamente, de investigadores em pós-doutoramento, no âmbito de projetos de investigação, vindo juntar-se a um total de cerca de 7.000 bolsas individualmente atribuídas (5.000 de doutoramento e 2.000 de pós-doutoramento) que a FCT mantém atualmente em actividade. Todavia, o Conselho não dispõe de qualquer estudo que permita concluir, à luz desta política, sobre o número de bolsas individualmente atribuídas que seria necessário à boa dinâmica do sistema nacional de ciência e tecnologia. Acresce que os contratos para projectos de I&D atribuídos em 2013 foram de pequena dimensão e que o tempo de lançamento de novos concursos e da aprovação dos projetos respetivos é longo, criando dificuldades no curto prazo.

Assim, o CNCT recomenda ao MEC/SEC que torne público o seu plano estratégico de fundo, comunicando, clara e atempadamente as suas políticas à comunidade, desejavelmente envolvendo-a na discussão das suas orientações. O Conselho recomenda ainda que alterações profundas da política de apoio científico sejam precedidas de uma avaliação do impacto e dos riscos de tais medidas sobre a dinâmica do sistema científico, e que estas sejam implementadas, sempre que possível, de forma gradual.

O CNCT reconhece que a FCT é uma estrutura decisiva no financiamento da ciência e saúda o esforço do Governo para manter o apoio à FCT, bem como o trabalho desenvolvido pela Fundação no apoio à comunidade científica nacional. A propósito dos concursos recentemente promovidos pela FCT, o CNCT reteve a garantia fundamental de que em nenhum caso os serviços da FCT adulteraram decisões de avaliação de mérito. Contudo, a polémica em torno destas questões abalou a confiança dos investigadores nos processos seguidos pela FCT. Neste sentido, e na medida em que os problemas com aspectos processuais na FCT são de longa data, **o CNCT recomenda uma avaliação externa à FCT que determine os meios adequados às funções que lhe são cometidas, bem como avaliações internacionais regulares ao desenho das estruturas de decisão, aos procedimentos e às regras processuais seguidas nos concursos da FCT, tal como previsto, mas nunca implementado, no DL 91/2005.**

Como o fizera saber à tutela em um parecer anterior (www.CNCT.pt), o CNCT considera de grande importância o lançamento do novo programa Investigador-FCT. Este programa já celebrou contratos com 369 investigadores e o Conselho congratula-se com os planos do Governo de o reforçar até 1.000 investigadores nos próximos anos. Estes valores, mesmo considerando os 1.200 contratos de investigadores dos Programas Integrados de ICDT do QREN nas regiões Norte, Centro e Alentejo, ficam longe de assegurar a manutenção no sistema de todos os doutorados, nomeadamente os que terminam os seus contratos “Ciência” e aqueles que, entretanto, concluíram a sua formação doutoral. Este não é, sequer, o objectivo anunciado pelo Governo para o programa Investigador-FCT, orientado para o recrutamento de uma minoria de “excelência”. Em consequência, um número elevado de investigadores poderá estar em breve fora do sistema científico, o que poderá colocar dificuldades às instituições científicas.

Assim, o CNCT considera urgente e importante que o Governo desenvolva vigorosas acções destinadas a promover a reestruturação do mercado de trabalho científico, em particular a muito necessária reforma das Universidades e dos Laboratórios do Estado, nomeadamente, no modelo de gestão dos seus recursos humanos e na concretização de um sistema de qualidade com critérios de exigência superiores aos actuais, à luz de alterações críticas na legislação das

“carreiras” de investigação. Todos estes temas constituíram já objecto de recomendações por parte deste Conselho (www.CNCT.pt). De igual modo, o CNCT vê com preocupação o número extremamente reduzido de doutorados a trabalhar em empresas e recomenda, vigorosamente, o contínuo fomento da contratação de jovens doutorados pelas empresas e da presença de números muito mais elevados de investigadores no tecido produtivo .